



Ameaça à Sustentabilidade Financeira dos Municípios Grandes Recebedores de Rendas do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro

Rafael Aviz Estella de Vasconcellos*

A brutal queda na cotação do petróleo - reflexo combinado (a) da expectativa de uma redução do consumo mundial de combustíveis devido à recessão global; (b) do radical ajuste do anterior preço sobrevalorizado - deixa apreensivas as comunidades que, direta ou indiretamente, legítima ou ilegítimamente, têm nas rendas do petróleo (nos *royalties* e nas participações especiais) importante fonte de receita. Incluem-se nessas comunidades os gestores públicos que, nos tempos de bonança, pouco fizeram¹ para enfrentar a situação posterior da drástica redução das disponibilidades orçamentárias.

Tais dificuldades passaram a atingir as receitas da União e dos estados, sobretudo a do Rio de Janeiro. Os municípios pertencentes à Ompetro² têm sido os mais atingidos, na medida do peso relativo das rendas do petróleo nos orçamentos municipais.

As rendas petrolíferas ao mesmo tempo em que permitem aos municípios uma maior autonomia na condução das políticas públicas, geram

um nível de dependência de grande magnitude a esses recursos. Além disso, o comprometimento dessas receitas erráticas com despesas de custeio amplia a dificuldade de ser enfrentada pelos municípios neste momento de cotação do petróleo a níveis significativamente inferiores aos dos últimos anos. Dessa forma, seria necessário que esses recursos estivessem sendo utilizados como despesas de investimentos e não de custeio das administrações municipais.

No entanto, percebe-se que todos os municípios pertencentes à Ompetro estão, em maior ou menor grau, custeando a máquina pública com as rendas petrolíferas, o que pode significar um risco de insolvência financeira.

A utilização das rendas petrolíferas em custeio pelos gestores públicos também fere o princípio da justiça intergeracional, defendido por Serra (2003), que deveria orientar a aplicação desses recursos, já que se trata de rendas provenientes de um recurso mineral não renovável.

¹ A hipótese, por exemplo, da criação de fundos de estabilização foi tratada algumas vezes no Boletim Petróleo, Royalties e Região, a partir da experiência de alguns países. Tais fundos seriam alimentados pelo excesso de receita nos períodos de alta do preço do petróleo para, posteriormente, serem sacados em momentos de redução de preço.

² OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás, constituída no ato de sua criação pelos municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

Em 2009, embora o preço do barril esteja fluindo perto dos US\$ 70 e o dólar desvalorizado diante do real, com a entrada em produção de mais duas plataformas, a P-53 (o navio-plataforma FPSO, unidade flutuante de produção e armazenamento de óleo), batizada de Cidade de Niterói, e a P-51, a 150 quilômetros da costa, na Bacia de Campos, e o início do teste de longa duração no bloco B-MS-11 (Tupi), os efeitos da crise estão sendo amenizados ao longo do ano.

Os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Armação de Búzios, que são confrontantes com as linhas de projeções dos campos de Marlim Leste e Marlim Sul, onde estão localizadas respectivamente a P-53 e a P-51, serão os mais beneficiados com o aumento da produção nesses campos. Cada uma dessas plataformas tem a capacidade de produzir 180 mil barris por dia.

O município de Maricá passa a fazer parte da zona de produção principal, pois é confrontante com o poço do bloco B-MS-11 (Tupi).

Na presente simulação, tomamos apenas o caso dos municípios confrontantes com poços petrolíferos da Zona de Produção da Bacia de Campos, lembrando que outros tantos municípios passarão por drama

semelhante, no próprio Estado do Rio de Janeiro, e, sobretudo, nas unidades da federação com destacada produção (RN, ES, AM, BA, SE e AL), acrescidos daqueles municípios com terminais de embarque e desembarque de petróleo e gás, espalhados por todo o país. Sendo uma simulação, claro deve estar que qualquer mudança expressiva no cenário produtivo, na cotação do petróleo e na taxa de câmbio pode tornar imprestáveis as projeções aqui estampadas. E também uma mudança nas regras de rateio das rendas do petróleo pode fazer caducar essa simulação. Para estimar as participações governamentais, foram utilizadas as seguintes variáveis:

Barril (Brent)	US\$ 70
Dólar	R\$ 1,90
Preço do Petróleo	Foi calculado o preço do petróleo para cada corrente, onde calculamos a variável D (diferencial de qualidade em referência ao barril do tipo Brent), assim, conseguimos estimar o preço para cada corrente a partir da taxa de câmbio e o valor do Brent. $P_{min} = TC \times 6,2898 \times (Brent \text{ Dated médio} + D)$
Preço do Gás	Invariável. Fixados pelos valores vigentes em julho/2009
Produção	Invariável. Referente aos volumes de julho/2009, para cada campo em produção. As curvas de produção dos campos não foram consideradas.

Tabela 1: Estimativas das rendas petrolíferas a serem distribuídas em 2009 para os municípios integrantes da zona de produção principal do Estado do Rio de Janeiro

Municípios	Royalties		
	2008	2009*	2010*
Angra dos Reis**	87.901.291,34	64.801.754,14	73.694.809,92
Armação dos Búzios	56.152.666,64	35.851.401,62	42.268.593,72
Cabo Frio	144.061.810,98	93.421.269,49	109.979.507,64
Campos dos Goytacazes	559.005.735,26	413.059.666,98	481.795.378,20
Carapebus	33.748.927,55	21.705.381,48	25.738.644,36
Casimiro de Abreu	56.882.713,01	38.580.264,38	45.715.734,60
Duque de Caxias**	50.914.682,42	33.604.781,57	40.093.076,88
Macaé**	406.961.370,68	292.342.246,08	342.672.422,28
Maricá	7.026.179,83	20.076.587,88	36.250.540,80
Niterói**	50.914.682,42	33.604.765,03	40.093.076,88
Paraty**	45.723.442,87	61.523.863,81	51.367.996,56
Quissamã	101.086.492,98	63.421.131,44	73.781.335,68
Rio das Ostras	162.045.037,06	117.634.999,05	142.458.927,60
Rio de Janeiro**	66.221.628,39	45.002.395,13	53.267.694,12
São João da Barra	79.193.445,45	73.161.009,17	85.450.418,76

Fonte: Elaboração própria, a partir da ANP.

* Conceito de caixa, com valores para setembro de 2009 estimados com base na produção e no preço do petróleo vigente para julho de 2009.

** Municípios com instalações e/ou afetados com a operação de embarque e desembarque. Os volumes movimentados nessas instalações sofrerão impactos nos valores aqui estampados.

Não seria prudente fazer alarde sobre estimativas centradas em projeções tão radicalmente sujeitas a mudanças, visto que o petróleo ultrapassou o limite inferior de US\$ 40,00/barril no final de dezembro de 2008, tornando superestimadas as projeções apresentadas na Tabela 1. Contudo, não se pode negar que sérias ameaças pairam sobre a viabilidade financeira de muitos dos municípios dependentes das rendas do petróleo. Entre elas a de virem a descumprir o limite determinado para a despesa com pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Será um

ano difícil, que entre outras consequências poderá exigir do Congresso Nacional regras mais rígidas para dispêndio das rendas do petróleo e/ou mecanismos de gestão financeira para minimização dos impactos gerados por reduções abruptas nos preços dos hidrocarbonetos, tal como a que se apresenta.

* *Mestrando em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional e colaborador do Boletim Petróleo, Royalties e Região* (<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br>).